

CONSTRUÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES/MÃES NEGRAS NO CONTEXTO DA VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA ADOLESCENTES E JOVENS

ROSÂNGELA ARAÚJO¹

MARIA MARTA PINTO ARGOLLO²

RESUMO: O PROJETO OBJETIVA INVESTIGAR CONSTRUÇÕES DE GÊNERO DE MULHERES QUE, VIVENDO EM CONTEXTOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE NEGRA, PRATICADA PELA POLÍCIA MILITAR, FORAM VITIMADAS PELAS PERDAS DE SEUS FILHOS. TOMANDO COMO SUJEITOS MULHERES/MÃES MORADORAS DAS PERIFERIAS, LUGARES SOB CONSTANTE INTERVENÇÃO DO ESTADO, ATRAVÉS DA POLÍCIA MILITAR, O PROJETO PROPÕE EXAMINAR AS EXPERIÊNCIAS DESSAS MULHERES CONSIDERANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS FORJADAS NO RACISMO, SEXISMO E MARGINALIZAÇÃO. A BAHIA OCUPA O TERCEIRO LUGAR NO RANKING NACIONAL DE CRIMES PRATICADOS PELA POLÍCIA MILITAR CONTRA JOVENS NEGROS. ANCORADA NO APORTE CONSTRUÍDO PELAS TEÓRICAS FEMINISTAS, A PESQUISA TOMA GÊNERO COMO CATEGORIA, PRINCÍPIO

-
- 1 Professora Doutora da Faculdade de Educação e do Bacharelado de Estudos de Gênero e Diversidade -BEGD/NEIM da Universidade Federal da Bahia - Faced/UFBA. Pesquisadora nos grupos de pesquisa: A Cor da Bahia (Programa de Pesquisa e Formação em Relações Raciais), Cultura e Identidade Negra na Bahia (UFBA), Rede Cooperativa de Pesquisa e Intervenção em Informação, Currículo e Trabalho/Redpect (UFBA) e Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM/UFBA). Professora do Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar de Difusão do Conhecimento/DMMDC-UFBA.
 - 2 Professora da Rede Pública. Mestranda no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher

ORGANIZADOR DAS RELAÇÕES SOCIAIS, BUSCANDO AS SUAS ARTICULAÇÕES COM OS FATORES COMO RAÇA, CLASSE, SEXO E ETC. A VIOLÊNCIA CONTRA A JUVENTUDE FORJADA NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SE CONFIGURA EM OPRESSÃO CONTRA MULHERES. NESTE ESTUDO TOMO INTERSECCIONALIDADE COMO CATEGORIA DE ANÁLISE E PROponHO EXAMINAR COMO RELAÇÕES DE PODER SE CONFIGURAM NO INTERIOR DO ESTADO PENAL.

PALAVRAS-CHAVE: GÊNERO. RAÇA. RACISMO. INTERSECCIONALIDADE. ESTADO PENAL

ABSTRACT: THE PROJECT AIMS TO INVESTIGATE GENDER CONSTRUCTIONS OF WOMEN WHO, LIVING IN CONTEXTS OF VIOLENCE AGAINST BLACK YOUTH, PRACTICED BY THE MILITARY POLICE, WERE VICTIMIZED BY THE LOSSES OF THEIR CHILDREN. THE PROJECT PROPOSES TO EXAMINE THE EXPERIENCES OF THESE WOMEN, CONSIDERING THE SOCIAL REPRESENTATIONS FORGED IN RACISM, SEXISM AND MARGINALIZATION, AS SUBJECTS OF WOMEN / MOTHERS LIVING IN THE PERIPHERIES, PLACES UNDER CONSTANT STATE INTERVENTION, THROUGH THE MILITARY POLICE. BAHIA OCCUPIES THE THIRD PLACE IN THE NATIONAL RANKING OF CRIMES PRACTICED BY THE MILITARY POLICE AGAINST YOUNG BLACKS. ANCHORED IN THE CONTRIBUTION MADE BY FEMINIST THEORISTS, RESEARCH TAKES GENDER AS A CATEGORY, ORGANIZING PRINCIPLE OF SOCIAL RELATIONS, SEEKING ITS ARTICULATIONS WITH FACTORS SUCH AS RACE, CLASS, SEX, AND SO ON. THE VIOLENCE AGAINST THE YOUTH FORGED IN THE SOCIAL REPRESENTATIONS IS CONFIGURED IN OPPRESSION AGAINST WOMEN. IN THIS STUDY I TAKE INTERSECTIONALITY AS A CATEGORY OF ANALYSIS AND PROPOSE TO EXAMINE HOW POWER RELATIONS ARE CONFIGURED WITHIN THE PENAL STATE.

KEYWORDS: GENDER. BREED. RACISM. INTERSECTIONALITY. CRIMINAL STATE

1. INTRODUÇÃO

Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero re-contá-las. Quero falar sobre a máscara do silenciamento (KILOMBA, 2010, P.172).

O propósito principal do artigo projeto é tecer considerações sobre a pesquisa em andamento que tem como objetivo central analisar aspectos sobre certa modalidade de violência que atinge um grupo de mulheres e que aqui é tomada à luz dos estudos de gênero: a violência gerada como resultado dos crimes praticados contra adolescentes e jovens negros, moradores das periferias dos centros urbanos, pelos agentes do Estado, a polícia militar. O problema levantado se ancora principalmente nas análises dos dados exibidos por relatórios e mapas da violência,³ que tem mostrado como a vitimização por crimes letais se concentra entre jovens e adolescentes, exibindo ainda dados perversos sobre mortes de crianças na mesma modalidade. A pesquisa está sendo realizada na cidade de Salvador.

Os mapas da violência mostram o quanto crescem as chances de um jovem negro ser vítima dos crimes por armas de fogo, enquanto, de forma inversa, diminuem as chances do jovem branco morrer desta forma. De acordo ainda com as pesquisas, esta violência se concentra mais no sexo masculino. O cruzamento entre esses dados e as informações sobre elevados índices de crimes praticados pela polícia

3 Sob a coordenação de Júlio Jacobo Waiselfisz tem sido produzida uma série de mapas com dados sobre a violência nos diferentes estados e municípios do Brasil, com ênfase nas armas de fogo, utilizando como indicadores principalmente idade, sexo e raça/cor.

militar, os chamados crimes legais⁴, moldam a controvérsia onde nasce o problema: como se constroem as mulheres/mães nestes contextos?

Considerando a maternidade na sua dupla dimensão, biológica e cultural, percepção construída a partir do aporte teórico do ponto de vista feminista, (EISENSTEIN, 1990; SAFIOTTI, 1992) busca-se neste estudo, à luz dos aspectos que cercaram os debates sobre as construções de gênero e das contribuições das publicações sobre a opressão da mulher, examinar seus nexos com os contextos e experiências invisibilizadas das mulheres/mães, negras, que vivem nas periferias ou nos bairros populares nos contextos de violência.

Parte-se da definição de gênero como princípio organizador das relações de poder para aportar-se na compreensão de que tal princípio, ao organizar as relações sociais, relações de poder, desenha assimetrias e articula diferentes marcadores sociais, sexo, raça e classe e outros. Nesta esteira, a interseccionalidade (COLLINS, 2012; CRENSHAW, 2002) constitui-se importante categoria de análise, capaz de examinar e tornar visíveis aspectos sutis que compõem a opressão de determinados grupos, tomando-os a partir de seus determinantes históricos. Ao definir o sujeito mulher negra, tomo-o então como uma construção histórica e considero as particularidades das construções identitárias. Para Jurema Werneck a mulher negra é o resultado de uma articulação de elementos diversos, de resistência e enfrentamentos, é a proposição de um conceito que pode se tornar importante numa proposta epistemológica que queira tomar a questão racial como fator central. (WERNWCK, 2010, p. 10). A mulher negra é, portanto, aqui definida como tendo iniciado a sua trajetória no colonialismo, construindo-se na contínua diáspora onde as diversidades das experiências conferem mais ou menos complexidade à opressão.

4 Termo usado para definir os crimes praticados por agentes da polícia de acordo com o Atlas da Violência 2016 Número 17, publicação do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em parceria com FBSF (Fórum Brasileiro de Segurança Pública)

As experiências de opressões interseccionalizadas se dão no interior dos sistemas de dominação ou, como denominou Patrícia Hill Collins, nas matrizes únicas de dominação (COLLINS, 2012) no interior das quais, bem articulados, os marcadores atuam com muito mais peso sobre as experiências das mulheres negras e pobres, produzindo interseccionalidades (CRENSHAW, 1991) O conceito de interseccionalidade vem trazendo consideráveis avanços no sentido de possibilitar o exame das conexões entre os marcadores de opressão, e a variação de forças que produzem maior ou menor desempoderamento, invisibilidades e silenciamentos nas experiências de mulheres.

Os estudos feministas, ao assumirem a sua dimensão política, ofereceram novas lentes através das quais se tornou evidente que as diferença entre sexos foram historicamente um dos princípios que norteou as desigualdades nas relações sociais, conferindo ao sexo masculino mais poder. Os pontos de vista das feministas não brancas, entretanto, foram determinantes na compreensão da complexidade da organização de tais relações, visto que não é possível se falar numa mulher universal, mas sim compreendê-la a partir de configurações históricas e de suas trajetórias e etc. (AVTAR BRA, 2006). Assim o sujeito mulher/mãe negra é uma articulação que considera, não apenas determinantes biológicos, mas também construções identitárias, classe social, espacialização e territorialidade onde são construídas as suas experiências, etc.

Para fins deste trabalho considero relevante atentar para as contribuição dos estudos sobre representação social, considerando que as experiências das mulheres podem ser tomadas como uma produção discursiva construída a partir de diferentes pontos de vista: representantes do Estado, a polícia militar, a mídia, movimentos sociais, cidadãos em geral. Neste sentido considero que a naturalização das invisibilidades e silenciamentos deste sujeitos são os principais desafios para estudos desta natureza e devem ser problematizados.

2.SILENCIAMENTOS QUE INVISIBILIZAM EXPERIENCIAS DE MULHERES/MÃES

“A polícia mata os jovens, mas quem nos mata é o judiciário”⁵.

A escassa produção sobre o tema da pesquisa expõe lacunas no conhecimento acerca da condição de mulheres que, de forma violenta, são violadas no direito ao exercício da maternidade, violação que tem como autor desta o Estado, por meio das ações de seus agentes. Inexiste, neste trabalho, a intenção de abordar teorias psicológicas sobre os vínculos maternos. Entretanto, sabe-se que a mulher/mãe, sobretudo as mulheres negras e de classe pobre, são elemento chave nas relações familiares, assumindo historicamente um protagonismo nas famílias, em especial na vida de pessoas em desenvolvimento físico, psíquico, intelectual, social: crianças, adolescentes e jovens.

Se por um lado são escassas as produções acadêmicas sobre as experiências de mulheres que perdem os seus filhos para a polícia militar, por outro, têm se organizado no Brasil, algumas iniciativas como movimentos sociais, campanhas, projetos, em torno da luta contra este tipo de violência e da busca por justiça, tendo em vista a impunidade que caracteriza tais fatos. Destaca-se, como exemplo de luta, o Movimento Mães de Maio, protagonizado por mulheres/mães, vitimadas pelas pelos “crimes legais”. Outras iniciativas menos conhecidas e de atuação local, territorial são presentes em diferentes cidades, atuando por meio de parcerias com organizações sociais, Igrejas e etc, desenvolvendo de estratégias de apoio às mães.

Fontes importantes e determinantes no conhecimento sobre os fatos têm sido as dedicadas pesquisas, análises e relatórios produzidos

5 Débora Maria Silva, mãe e fundadora do Movimento Mães de Maio

sobre as estatísticas da violência no Brasil, que vêm revelando dados ocultados pelas fontes oficiais, informações sobre as vítimas: cor, sexo, idade, e ainda espacialidade da violência, representando assim preciosas contribuições, informações que confirmam as hipóteses sobre o genocídio da juventude negra. Tais fontes têm alimentando o debate sobre as formas como ele se concretiza na sociedade nos dias atuais. Os mapas têm nos oferecido a possibilidade conhecer e traçar reflexões sobre os nexos que moldam a violência.

O termo genocídio não é antigo. Desde a segunda guerra vem sendo usado em referência ao massacre do povo judeu pelo o nazismo. A indignação, a mobilização e produção de literatura foram fundamentais à tomada de consciência e conhecimento sobre o fato. Sobre os negros, alguns autores defendem que são de 200 a 400 milhões, abatidos durante séculos, como as árvores do pau de ébanos.

Assistimos a uma complexa trama que submete a mulher/mãe negra e pobre a uma condição de opressão muito mais elevada, visto que a ela são negadas as escolhas, os caminhos, as possibilidades, o que, para Bell Hooks (2014) se constitui na verdadeira opressão. Se por um lado, na história das lutas feministas, as mulheres pautaram a igualdade de direitos, buscando conquistar o espaço público e se libertarem do fardo da maternidade, podendo vislumbrar diferentes possibilidades, por outro, as mulheres que vivem a diáspora negra vêm, desde a escravidão, chorando e lutando pelo direito terem seus filhos com vida.

Além de produzir assimetrias na cartografia da violência, o racismo molda os discursos jornalísticos. Ao associar a “marginalidade” a jovens e adolescentes negros e pobres, nas suas estratégias discursivas, colocam a mulher/ mãe no lugar central da responsabilidade, a quem é atribuída a culpa e o fracasso, produzindo as “imagens controladoras”, conforme Lilly Caldwell (2000) Enquanto elaboram o luto da perda, muitas mulheres atravessam uma dolorosa trilha: lidar com produções discursivas e representações que tentam instituir uma incapacidade de exercer a maternidade.

A ausência de mapeamentos sobre as diversas formas de violência sofridas pelas mulheres mais interseccionalizadas e o desconhecimento sobre suas percepções e seu ponto de vista, potencializa a disseminação do discurso imperativo, no qual as mulheres são colocadas nos lugares paradoxais: frágil e ao mesmo tempo marginal. Inexistem informações sobre políticas públicas de atendimento a estas mulheres. O Estado oferece a esses segmentos sociais, os grupos mais oprimidos, o seu braço mais forte, as penas e punições, negando-lhes os direitos à segurança e proteção.

Expostas a um tribunal coletivo, perversamente regulado por valores do projeto capitalista e do colonialismo presente, as mulheres/mães são definidas a partir do ponto de vista forjado no racismo, na misoginia, no machismo. A precarização dos programas jornalísticos que adentram as comunidades pobres, traçando recortes de imagens moldados nos preconceitos sociais, aprisionam os povos já excluídos a categorias reducionistas. A imagem das mulheres é manipulada conforme princípios que sustentam uma articulação de interesses classistas, racistas, políticos, capitalistas, misóginos, etc. O ambiente virtual, os sites e as redes sociais vêm oferecendo aos cidadãos em geral a condição de expressarem livremente seus pontos de vista através de comentários e neste espaço é possível conferir a forte presença dos mesmos princípios: o machismo, o racismo, o preconceito de classe, etc.

O sistema tem como um dos principais mecanismos de controle as imagens, discursos e representações que fragilizam a mulher e distorcem os sentidos dos seus modos de viver, as suas formas de resistência, a sua oposição ao modelo de colonização contemporânea. Entretanto tais mecanismos parecem não atuar de forma isolada, mas articulada a aparatos repressivos e coercitivos que exercem um maior controle dos corpos, da corporeidade, dos modos de vi-

ver, da vida e da morte, produzindo sentidos distorcidos sobre os direitos e sobre a forma como as violações de direito se tornam inviáveis, isolando os sujeitos.

A violência praticada pelo Estado contra a juventude negra, que expõem de forma explícita a presença dos princípios que sustentaram o colonialismo, articulado ao capitalismo, tem como base o patriarcado. Parece relevante examinar de que forma tais sistemas se fazem presentes e moldam as intervenções do Estado nas comunidades pobres e os discursos sobre as mulheres mães. O projeto se propõe ao objetivo de analisar aspectos constituintes das experiências de construções de gênero de mulheres, negras mães, que vivem nos contextos de assassinatos de jovens e adolescentes, praticados pela Polícia Militar, ante o panorama da violência que atinge as famílias, moradoras de bairros populares, perpetrada pela presença da polícia militar. Tal objetivo instaura uma discussão sobre os mecanismos de regulação do processo de implementação do Estado Penal, nos bairros de periferia, que afetam a identidade das mulheres negras e a construção das suas representações sobre maternidade.

3.FUNDAMENTOS TEÓRICOS

“Toda experiência social produz e reproduz conhecimento e ao fazê-lo, pressupõe uma ou várias epistemologias”.

(SANTOS, 2009, p. 7).

Empreender uma análise sobre as experiências de mulheres negras, mães, no contexto de violência praticada pelo Estado, buscando compreender as relações entre as intersecções gênero/raça e as práticas de violência, significa assumir alguns riscos, dentre os quais, afirmar a existência de tramas no interior das práticas discursivas hegemônicas, tentando

desvendar valores associados aos marcadores sociais: gênero, raça e classe, observando, principalmente as suas inter-relações. Significa transitar no campo dos estudos de gênero, mas também das representações sociais, elegendo interlocutores para o diálogo sobre experiências notadamente silenciadas, determinando as vozes que deverão ser ouvidas. Tais dilemas me aproximam das reflexões levantadas por Spivack (2010) em *Pode o Subalterno Falar?*, obra que cumpre importante papel ao suscitar questões acerca da representação levantando questionamentos como “quem pode falar por quem”. O debate que se instaura a partir desta obra faz tremer as certezas sobre as identidades dos sujeitos, sobre essencialismos, sobre o lugar da fala, etc. Os estudos pós coloniais (BAHRI, 2013) vêm nutrindo as reflexões sobre as representações e discursos sobre os sujeitos, reflexões pertinentes a esta pesquisa, na qual, questões como protagonismo dos discursos, o imperativo de escutar voz do sujeito, a auto-representação, serão o tempo inteiro tensionados.

A partir dos argumentos expostos tento por acento nas ausências que caracterizaram os discursos sobre as mulheres na história, sobretudo as mulher negras, propondo que, ao aportar as reflexões teóricas no arcabouço construído pelas feministas, tanto no feminismo clássico quanto no feminismo negro, tal aporte se amplie às contribuições mais recentes das teóricas feministas pós-coloniais, de forma que sejam possíveis pensar a construção desses sujeitos a partir de outros parâmetros que não apenas a construção eurocêntrica sobre mulheres e sobre negras, parâmetros que moldam o imaginário e as representações sociais.

Construir o objeto da pesquisa impõe uma constante revisita à controvérsia social: a violência praticada contra a jovens e adolescentes negros pelo Estado, que atinge a mulher/mãe, sujeito da pesquisa. Identificar fatores que moldam as suas experiências, buscando, analisar percepções sobre os fatos e as articulações entre diferentes percepções e pontos de vista, é um desafio que sugere debruçar-se no campo teórico construído pelas feministas. Às teorias perspectivistas devemos o esforço que devolveu o olhar, ou a visão epistêmica, aos sujeitos subordinados (HARAWAY, 1995; HARDING, 2012; SARDENBERG, 2002)

defendendo a importância de se ouvir as vozes dos “de baixo” e de privilegiar a visão dos subordinados.

Esta visão se amplia, todavia, a partir das contribuições das teóricas do Ponto de Vista, que avançam para uma proposta mais ousada, quando destacam a necessidade de articulação entre as perspectivas hegemônicas e as dos sujeitos oprimidos. Sandra Harding (2012) lembra que a Teoria do Ponto de Vista ressurgiu a partir das feministas e ressalta como uma de seus aspectos o fato de que esta teoria propõe um ponto de vista oposto à visão dominante, hegemônica. Contrariando o ponto de vista feminista, a visão hegemônica defende que a política bloqueia a visão científica (HARDING, 2012, p. 41)

A teoria crítica que se constrói a partir do pensamento feminista negro traz preciosas contribuições no enfrentamento e crítica ao pensamento colonial que fundamenta a ciência, produzindo o epistemicídio, rebaixando o status do povo negro, sobretudo das mulheres, fortalecendo os processos de exclusão e os sistemas de opressão. (CARNEIRO, 2014; COLLINS 2012).

O pensamento feminista negro tem representado um divisor de águas na medida em que, ao criar novas categorias de análise, faz um enfrentamento da complexidade da opressão, oferecendo ferramentas às pesquisas para pensarem os processos de desempoderamento sob novas lentes. O conceito de matriz única de dominação, proposto por Patricia Hill Collins (2000) é potente no sentido de reorganizar o olhar sobre as causas da opressão, permitindo identificar as estratégias dos sistemas sociais e os nexos entre elas.

A interseccionalidade, conceito que vem se fortalecendo na academia e que tem revelado a sua ampla dimensão, torna-se central a este estudo, não apenas pelo sentido metafórico que bem se aplica aos sujeitos, o cruzamento de diferentes pistas que elevam os níveis de opressão, imagem proposta por Kimberle Crenshaw (1989) a partir da qual se desenvolve a utilização do termo, como também pelo potencial que o conceito tem mostrado enquanto categoria de análise. Ainda em

construção, a interseccionalidade, que surge entre as feministas negras, vem se fortalecendo como ferramenta de análise, tanto da forma como racismo, capitalismo, patriarcado, etc, se articulam nos sistemas de dominação, como também na análise de políticas públicas e das formas como elas mantêm a exclusão e geram opressão (CRENSHAW, 2002).

A partir do conceito de imagens controladoras, utilizado por Kia Caldwell (2000) busco explorar as relações entre discursos e imagens disseminados sobre as mulheres, sujeitos da pesquisa buscando estabelecer diálogos com os debates sobre essencializações e representações sociais (BAHRI, 2013). Considero que o “outro”, seja ele mulher, negro, índio são construções eurocêntricas, fundadas na exotização e ao mesmo tempo na marginalidade. As essencializações cumpriram um papel estratégico de manter o “outro” num status inferior. As intelectuais negras, habitam um lugar fronteiro, tendo em vista que, ainda que tenham conquistado espaços acadêmicos e/ou assumido a sua intelectualidade, desconstruindo estereótipos sobre as mulheres negras, em sua grande maioria as mulheres negras experimentaram no seu crescimento e formação a experiências de opressão. Ainda que pertencentes à classe média, a mulher racializada é portadora de experiências que a diferenciam, em muitos aspectos, das mulheres brancas. O marcador racial e outros marcadores sociais conferem, segundo Collins, uma visão diferente da opressão, ponto de vista que converge com a ideia de visão corporificada proposta por Haraway (1995). Estas reflexões animaram os debates sobre a visão epistêmica dos sujeitos que habitam lugares diferenciados, sobre a relação entre os sujeitos da pesquisa, e sobre as mulheres que habitam os dois lugares, os entre lugares. Mulheres outsiders, conceito cunhado por Collins (1991), busca descrever as intelectuais, pesquisadoras, produtoras de conhecimento, que estão inseridas nos espaços excluídos, ou tiveram histórias de exclusão e opressão.

As feministas negras reconhecem a importância dos debates sobre o ponto de vista das mulheres formulado a partir da consciência que nasce da experiência e propõem o conceito de consciência grupal como forma de produção de conhecimento que se opõe à lógica do conhe-

cimento construído individualmente (COLLINS, 2000). A consciência grupal propõe que a construção de conhecimento articule os pontos de vista das mulheres, produzindo o saber coletivo. Tal conceito torna-se útil na investigação de experiências de mulheres que vivem a diáspora negra, experiências atravessadas por interdições e cerceamentos, que impõem o silenciamento. A consciência grupal permite a criação de estratégias coletivas, de conspirações, para ativar os saberes e conhecimentos, e fortalecerem o ponto de vista contra o patriarcado, o genocídio e o epistemicídio, buscando ultrapassagens (WERNECK, 2010)

É preciso, entretanto, atentar para o fato de que o patriarcado é, segundo Nah Dove (1998) uma construção europeia e visitar os sistemas que antecederam o colonialismo, para ampliar a compreensão sobre a mulher negra. Neste sentido Dove oferece relevantes contribuições oferecendo parâmetros para a compreensão dos sistemas culturais africanos, das famílias, e em especial, da mulher, sustentando que a mulher e a maternidade eram reverenciadas nas comunidades africanas e que o patriarcado ocidental instaura o desequilíbrio nas relações entre sexos (DOVE, 1998, p. 19).

Os dispositivos oferecidos por Foucault (1976) para compreendermos o controle social sobre os corpos e as subjetividades, sobre o direito de viver ou de morrer, a ideia de soberania como poder de dar a vida, a biopolítica ou biopoder, conduzem a uma compreensão de como o racismo se sofisticava nos sistemas. O biopoder fundamenta as reflexões sobre relações que são tecidas no interior dos territórios urbanos, sobre o modelo de Estado e de políticas que se instalam nestes territórios e mostra como o Estado atua de formas diferenciadas com os diferentes grupos e territórios. O controle sobre os corpos e sobre as subjetividades, que estão associados ao genocídio e o epistemicídio, são necessários ao debate sobre as violências e sugerem uma aproximação com estudiosos que se dedicam a teorizar sobre o Estado e a sociedade. O conceito de dispositivos, cunhado por Foucault, oferece lastro para o aprofundamento dos estudos sobre os princípios que norteiam a atuação dos sistemas repressivos.

Assumem aqui fundamental importância também as contribuições trazidas por Achille Mbembe (2011) no debate que instaura sobre teoria das necropolíticas, que representam uma denúncia da violência presente no período pós-colonial. Mbembe (2011) discorre sobre as contradições do Estado onde se insere, de forma confusa, a economia da morte. No debate em que o autor busca inspiração em Foucault, com quem estabelece um diálogo sobre temáticas relacionadas à guerra das raças e ao nascimento do racismo no Estado, como elemento fundante das relações, ele revela novas formas de dominação. Tal ótica permite compreender que no seio dos aparatos ideológicos do Estado, que integram as forças coercitivas, estão presentes conteúdos acumulados historicamente sobre a inferioridade tanto de negros, como de mulheres, desenvolvidos de forma sofisticada no racismo científico, e que mantém relações hegemônicas na determinação de quem deve morrer e quem deve viver.

O debate proposto por Foucault (1976), no seio do qual se articulam os conceitos de corpo, vida, sexualidade e racismo, alimenta as reflexões sobre as assimetrias das relações sociais, nas quais a morte de um significa a vida do outro, e sobre as guerras presentes nos dias atuais. No jogo das representações produzido no arranjo social que articula as imagens controladoras e os sistemas econômico e social, as categorias mais interseccionizadas são marginalizadas e tratadas como ameaças sociais. Os sujeitos vítimas das desigualdades e exclusão de direitos são transformados no agente causador dos problemas sociais. Os discursos forjados socialmente no interior do Estado Penal (WACQUANT, 1999) que criminaliza os jovens negros e responsabiliza as mães pelos seus insucessos, ativam as categorias ou pressupostos concebidos pelo pensamento colonial.

Segundo Julio Jacobo Waiselfisz, relator do Mapa da Violência de 2016⁶, os dados tem sido perversos com a população negra, vitiman-

6 O Mapa da Violência de 2016 representa o quinto estudo focado na letalidade por armas de fogo no Brasil e enfrenta o desafio de atualizar os dados.

do, em números relevantes, jovens negros de sexo masculino. O Relatório mostra um crescimento vertiginoso de assassinatos por armas de fogo contra jovens de sexo masculino a partir de 2002. A construção do marcador racial exigiu, segundo o autor, a construção de estratégias e ferramentas que pudessem dar conta deste recorte, visto que, devido à ausência de estimativas censitárias, as fontes documentais não dispunham destes dados. A construção deste objeto de pesquisa se dá num campo de tensões definitórias, no qual negro, racismo, raça, são categorias contestadas, permanentemente expostos a questionamentos e revisão, pois representam correlações de forças e disputas políticas.

Os processos de escravização no Brasil geraram aniquilamentos que se instituíram não somente no âmbito das experiências, mas também no campo científico, silenciando por muito tempo as mulheres negras (CARNEIRO, 2014; GONZALEZ, 1988; WERNECK, 2005). A colonização impôs máscaras de ferro, como nos lembra Grada Kilomba (2010), que foram eficientes nos sentidos de instituir o silenciamento sobre os abusos, as violências, as dores das mulheres negras. O racismo foi um projeto bem sucedido, estruturante dos discursos científicos, jornalísticos, etc. A consciência grupal, termo cunhado por Collins (2000) para definir o ponto de vista associado das mulheres negras, pode muito contribuir na construção coletiva de conhecimentos que contribuam na ultrapassagem de algumas formas de violência, ajudando a romper a violência do silêncio que se impõe sobre a opressão das mulheres.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

“Nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 1994, p. 17)

A crítica feminista à ciência representa grande conquista e importantes avanços em direção à produção de conhecimentos

como projeto político e democrático. Orientadas por parâmetros androcêntricos, as investigações científicas tradicionais e os seus pressupostos despertaram suspeitas por parte das feministas que passaram a denunciar a parcialidade negada pelo discurso de neutralidade. Para Sardenberg (2002) o projeto feminista nas ciências e na academia nasce a partir da constatação de que historicamente a ciência objetificou a nós, mulheres nos negando a autoridade do saber. Algumas questões, entretanto, permearam o caminho de construção da crítica feminista, a saber: existe um método feminista? (HARDING, 1998). Ou de que forma o gênero influencia sobre métodos, conceitos, teorias, (BLAZQUEZ GRAF, 2012). Eli Bartra sustenta que existe uma espécie de consenso entre as acadêmicas de que há algo que pode ser chamado de investigação feminista nas ciências sociais e humanidades (2012, p. 67). Considerando tais provocações e crenças, busquei adequar, durante o processo de estudos e debates sobre o ponto de vista feminista, o pano metodológico da pesquisa aos pressupostos feministas, certa de que a teoria do ponto de vista das mulheres (HARDING, 2012) é um norteador para as pesquisas ancoradas no gênero.

A complexidade e delicadeza dos fenômenos a serem investigados nesta pesquisa, me instigam a buscar na pesquisa qualitativa as possibilidades de me aproximar dos fenômenos de forma ética, fomentando o diálogo entre as subjetividades produzidas na experiência dos sujeitos, buscando que o encontro entre os diferentes lugares, pesquisador e sujeitos, gerem resultados que se aproximem de um conhecimento relevante e significativo. Neste sentido a produção literária das feministas sobre a etnografia assume aqui grande importância, pois coloca esta pesquisa num lugar de maior compromisso com a aproximação com o sujeito e com uma dimensão de tempo moldada na ética, no respeito, na atenção aos tempos dos sujeitos.

A inspiração etnográfica me conduz, portanto, à aproximação dos sujeitos buscando construir inter-relações e interações por meio de conversas informais, do uso das entrevistas semiestruturadas e, em alguns casos, com a observação participante. Ana Luiza Carvalho da Rocha

e Cornelia Eckert e Rocha (2008) defendem que o método etnográfico encontra a sua especificidade pelo fato de ser desenvolvido no âmbito antropológico, sendo ele composto de técnicas e métodos de coleta de dados que caracterizam um trabalho mais prolongado no campo e uma convivência mais prolongada. De fato, inexistente aqui a pretensão de caracterizar este trabalho como uma pesquisa etnográfica. Entretanto os pressupostos da etnografia, especialmente ao ser revisada pelas teóricas feministas (CASTANEDA, 2012; SARDENBERG, 2014) que indicam para a parcialidade dos métodos, a necessidade de um olhar integrado entre diferentes instrumentos e até a articulação entre os marcadores sociais no campo da pesquisa, dão uma maior robustez às práticas de pesquisas feministas, ainda que não se caracterizem como etnográficas.

Emerson Giumbelli (2002) sustenta que uma pesquisa etnográfica que se limita a ouvir a percepção do “outro”, do nativo, torna-se limitada e sugere que seja ouvido o ponto de vista hegemônico, do “homem branco”, defendendo ainda que a revisão bibliográfica muito pode colaborar na pesquisa etnográfica.

O plano metodológico, previu, na sua atualização, a classificação dos sujeitos em três grupos: representantes do Estado, representantes do movimentos sociais e mulheres vitimadas pela violência. Este plano considera que representantes de movimentos sociais têm um papel fundamental na interlocução com a pesquisa, visto que as suas construções indenitárias asseguram uma aproximação muito estreita com os sujeitos mulheres vitimadas, somando-se o histórico da experiência de engajamento e de luta pelas causas das populações mais oprimidas. Considero que, como afirma Sardenberg (2014), os níveis de interseccionalidade dos sujeitos podem gerar maior ou menor grau de aproximação na pesquisa. Quanto aos representantes do Estado o planejamento previu interlocução de integrantes de instituições como Polícia Militar, Secretaria de Segurança Pública e Secretarias da Justiça e de Assistência Social. O campo de pesquisa indicou que alguns sujeitos transitam nas fronteiras entre lugares Estado e Movimento Social.

Os sujeitos, mulheres vitimadas, como era previsto, foram cercados de interdições e cerceamentos, tendo visto as preocupações com exposição, sigilo, etc. Neste sentido o campo ofereceu muitas tensões à pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A opção metodológica por organizar os interlocutores em três grupos revelou uma variação nos ritmos dos caminhos trilhados no campo em direção aos sujeitos, variação intrinsecamente relacionada aos diferentes níveis de resistência oferecidos pelo campo. Estes fatos assumem importância e ressignificam a pesquisa.

Os caminhos percorridos até os representantes institucionais, Polícia Militar, e Secretarias, para coleta de entrevistas, evidenciaram maior fluxo na comunicação e mais disponibilidade dos interlocutores. A aproximação com movimentos sociais, na tentativa de realizar uma escuta e ao mesmo tempo tecer diálogos, parcerias, em busca da consciência grupal e da mediação na relação dialógica com as mulheres vitimadas, foi marcada por resistências e pela ausência de perspectivas por parte de alguns dos grupos. Estavam em jogo os pactos de confiabilidade e os questionamentos em relação ao pertencimento de pesquisadores nos contextos sociais e territórios de identidade.

A aproximação e contato com as mulheres vitimadas representou, inicialmente, um caminho de pedras, cercado de interdições, que exigiu diversas revisões no planejamento e cronograma. O plano metodológico para este grupo se aproximou-se dos princípios da etnografia, exigiu outra dimensão de tempo, permanência maior no campo, respeito às imprevisibilidades e conseqüentemente, flexibilidade com o cronograma de pesquisa. Este plano incluiu atividades como observação participante e grupo focal.

A permanência no campo possibilitou, entretanto, uma imersão que facilitou a identificação de diferentes experiências. A identificação e vinculação com um grupo organizado de mães que foram vitimadas e que se auto intitulam como Grupo Vida, assume destaque nesta trajetória. O grupo atua em Salvador no combate à impunidade e à violência contra jovens negros. A análise da atuação e performance destas mulheres têm mostrado que há um nível de exclusão e silenciamento por parte de um número expressivo de mulheres vitimadas, entretanto há experiências de organização em luta por parte de outros grupos que buscam a visibilidade e para tanto se apropriam de conhecimentos sobre processos jurídicos e organizam estratégias no embate contra o Estado exigindo justiça e punição contra os responsáveis pelos crimes.

REFERÊNCIAS

BAHRI, D. Feminismo e/no Pós Colonialismo. **Rev. Estud. Fem.** Florianópolis, v. 21, n. 2, pp. 12-34, 2013.

BARTRA, E. Acerca de la investigación y la metodología feminista. IN: BLANQUEZ GRAF, N. et ali (orgs.), **Investigación Feminista**. México: UNAM, p. 67-78, 2012.

BLAZQUEZ G. N. Epistemología feminista: temas centrales. IN: **Investigación Feminista**. México: UNAM, p.21-38, 2012.

BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de GêneroPagu/Unicamp, n. 26, pp.329-376, 2006..

CALDWELL, K. L.. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, p. 91-108, 2000.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, p. 49-58, 2003.

CASTAÑEDA, S. M. P. Etnografia Feminista. IN: BLANQUEZ GRAF, N. et ali (orgs.). **Investigación Feminista**. México: UNAM, p.217-238, 2012.

COLLINS, P. H. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. Em: Jabardo, Mercedes (Org.). **Feminismos Negros: una antología**. Madrid, Traficante de Suenos, 2012.

_____. Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. 2nd ed. New York: Routledge, 2000.

- **Review of Black Feminist Thought in the Matrix of Domination**. CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, n. 43, abr/ 1991.

CRENSHAW, K. W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DOVE, N. Mulherisma Africana, Uma Teoria Afrocêntrica. **Jornal de Estudos Negros**, v. 28, n. 5, p. 515-539, 1998

EISENSTEIN, Z. R. "Hacia el desarrollo de una teoria de patriarcado capitalista y el feminismo socialista". IN: _____ (org.), **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**, Mexico, D.F: Siglo XXI, p.15-47, 1980.

ECKERT, C.; ROCHA, A L.. Etnografia: Saberes e Práticas. Editora da Universidade, Porto Alegre. 2008.

FOUCAULT, M.. **Em Defesa da Sociedade**. Curso no Colege de France, 1975.

GIUMBELLI, E.. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Rev. bras. Ci. Soc.**, vol.17, n.48, p.91-107, 2002.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Mujeres, crisis e movimiento: America Latina e Caribe**. Isis International, v. IX, Santiago, Chile. p 133-141, 1988.

HARDING, S. Uma filosofia de la ciencia socialmente relevante? Argumentos em torno a la controversia sobre el Punto de vista Feminista. IN: BLANQUEZ GRAF, N. et ali (orgs.), **Investigación Feminista**. México: UNAM, p.39-66, 2012.

_____ "Existe um método feminista? In: Eli Bartra (org.) **Debates em torno a uma metodologia feminista**, México, D.F.: UNAM, p.09-34, 1998.

HOOKS, B.. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Vol. 3, n.2, p. 465-477, 1995.

KILOMBA, G. The Mask In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Seguido de Sobre El Gobierno privado indirecto. Raisons Politiques, p. 29-60, 2006

MINAYO, M. C. S. *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

PINHEIRO, P. S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, p. 43-52, maio / 1997.

SAFFIOTI, H. "Rearticulando Gênero e Classe." In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma Questão de Gênero.** RJ: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fund. Carlos Chagas, p.183-215, 1992.

SARDENBERG, C M. B. "Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?" IN: COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecília M.B., **Feminismo, Ciência e Tecnologia.** Salvador: NEIM/UFBA:REDOR, 2002.

SARDENBERG, C..M. B.. **Revisitando o campo: Autocrítica de uma antropóloga feminista.** *Mora (B. Aires)* [online], vol.20, n.1, pp. 11-56, 2014.

SPIVACK, G. C.. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Ed. UFMG, p.133, 2010.

WACQUANT, L. **As Prisões da Miséria.** Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. Tradução: André Telles, 2001

WERNECK, J.. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar./jun, 2010.